



A IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL: uma análise a partir do funcionamento dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS)

Rosimary Gonçalves de Souza¹

Taiane Queithe da Silva Faustino²

RESUMO

Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa “A Intersetorialidade na área da Assistência Social um estudo sobre a promoção desta estratégia no contexto dos CRAS’s em Niterói-RJ”. Tendo como base o que preconiza a PNAS, analisa-se aqui a composição das equipes que trabalham nos CRAS’s do referido município, a infra-estrutura que de que estes equipamentos dispõem, bem como as principais demandas que recebe. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e a metodologia adotada para coleta de dados foram entrevistas semi-estruturadas com profissionais (Assistentes Sociais e Psicólogos) dos CRAS’s que compõem a Rede de Proteção Social municipal.

Palavras-chave: política social, assistência social, seguridade social.

ABSTRACT

This article is the result of the survey "The Intersectoriality in the reference center of social assistance, a study on the promotion of this strategy in the context of the CRAS's Niterói-RJ". One of the goals that will be presented in this paper is the composition of teams working in CRAS's of the municipality, the infrastructure of the strategy and the main demands. This is a qualitative research and the methodology chosen for data collection were semi-structured interviews with CRASs's professionals (Social Services and Psychologists) that make up social protection network city.

Keywords: social policy, welfare, social security.

1. INTRODUÇÃO

O texto aqui apresentado sintetiza parte dos resultados da pesquisa intitulada “A intersectorialidade na área da assistência social um estudo sobre a promoção desta estratégia no contexto dos Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) em Niterói

¹ Doutora. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). rgdsouza@uol.com.br

² Estudante de Graduação. Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). taiane.queithe@gmail.com



–RJ”, o objetivo desta pesquisa é investigar em que medida os CRAS’s do referido município vêm implementando ações intersetoriais, uma vez que, segundo Política Nacional de Assistência Social – PNAS - cabe aos CRAS’s dentre suas funções, promover ações intersetoriais para o êxito da promoção social das famílias em situação de vulnerabilidade social³.

A análise aqui neste trabalho recai sobre o processo de implementação do SUAS no referido município, focando a composição das equipes que trabalham no CRAS, a infra-estrutura de que este equipamento dispõem, bem como as principais demandas apresentadas pelos usuários. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e a metodologia adotada para coleta de dados foram entrevistas semi-estruturadas com profissionais (assistentes sociais e psicólogos) dos CRAS’s que compõem rede de proteção social municipal.

De acordo com PNAS (2004), o CRAS é uma unidade estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que deve atuar com foco na ação preventiva e matricialidade sócio-familiar. Niterói possui 07 CRAS distribuídos no território municipal⁴.

2. A TRAJETÓRIA RECENTE DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Constituição Federal de 1988 foi o marco fundamental na institucionalização da assistência social como um direito social, política pública, foi um salto da assistência social que tornou o que era favor em direito. Segundo Sposati (2006):

“a Assistência Social, garantida na Constituição Federal de 88 contesta o conceito de (...) população beneficiária como marginal ou carente, o que seria vitimá-la, pois suas necessidades advêm da estrutura social e não do caráter pessoal tendo, portanto, como público alvo os segmentos em situação de risco social e vulnerabilidade, não sendo destinada somente à população pobre”.

³Esta pesquisa constitui um subprojeto da pesquisa denominada “Desafios à Implementação da Intersetorialidade na Gestão Local de Políticas Sociais” cujo propósito é analisar a implementação de ações intersetoriais na área social, buscando identificar inovações na intervenção governamental a nível local. A pesquisa é desenvolvida por pesquisadores da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ desde 2007.

⁴ Quando iniciamos a pesquisa, o município contava com oito CRAS’s distribuídos no território municipal, mas ao iniciarmos a fase do trabalho de campo da pesquisa um CRAS foi fechado.



De acordo com a Lei orgânica de Assistência Social – LOAS – 1993: *“a assistência social é direito do cidadão e dever do Estado, é política de seguridade social não contributiva, que prevê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de iniciativas pública e da sociedade para garantir o atendimento às necessidades básicas”*.

A LOAS introduziu uma nova realidade institucional, propondo mudanças estruturais e conceituais, um cenário com novos atores revestidos com novas estratégias e práticas, além de novas relações interinstitucionais e intergovernamentais, confirmando-se enquanto possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas de seus usuários. A população em risco ou/e com vulnerabilidade social deixou de ser assistida ou favorecida para se tornar usuária ou beneficiária.

Sabe-se que a Assistência Social antes a LOAS era permeada por uma significativa fragilidade institucional devido a sua trajetória de viés clientelista historicamente predominante que constituiu relevantes obstáculos à mobilização desta arena setorial. Tal dificuldade revela-se inclusive no fato de que a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) foi promulgada em 1993 e somente foi efetivada em 1995, enquanto a Lei Orgânica da Saúde (LOS) data de 1990.

Apesar de sua regulamentação, a LOAS avançou muito pouco no sentido de conferir uma nova institucionalidade à política de assistência social, e é somente na IV Conferência Nacional de Assistência Social, realizada em dezembro de 2003, que se define uma nova agenda política com diretrizes objetivas com relação à organização desta arena setorial. Pode-se afirmar que a partir deste momento, em condições políticas e econômicas favoráveis.

O tema da exclusão social e a discussão em torno das políticas públicas necessárias para fazer face a esta histórica situação passa a ocupar lugar de destaque na agenda pública do governo eleito em 2003. No ano de 2003, é criado o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), que tem investido na (re)construção da Política de Assistência Social⁵ com base em um modelo descentralizado com responsabilidades compartilhadas entre os três entes federativos - União, estados e municípios. A própria

⁵ A implantação do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) está sendo fundamental para colocar na agenda de debate a proposta de intersetorialidade. As características das demandas da “clientela/usuários” da assistência social (população que se encontra abaixo da linha de pobreza) exigem soluções intersetoriais.



criação do MDS confere um novo estatuto à política de assistência, com reforço da perspectiva de profissionalização da área. Isso significa que, pela primeira vez na história da constituição da seguridade no país, há um movimento concreto para romper com o legado clientelista e assistencialista que marca esta arena setorial.

Em 2004 o Ministério do Desenvolvimento Social tornou pública a versão final da PNAS, onde podemos destacar: a inovação em trabalhar com a noção de território e a perspectiva de constituição do SUAS.

Na recente implantação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS- 2005) que, através da Política Nacional de Assistência Social (PNAS- 2004), *prevê que as ações no campo da assistência social devem ocorrer em sintonia e articulação com outras políticas públicas.*

O SUAS fundamenta como principais pressupostos a territorialidade, a descentralização e a intersectorialidade. Conforme afirma Simões (2009), o paradigma nesse sistema (SUAS), articula a descentralização com a intersectorialidade, uma vez que o objetivo visado é promover a inclusão social e/ou melhorar a qualidade de vida, resolvendo os problemas concretos que incidem uma população de um dado território.

O SUAS prevê um sistema unificado com partilha de responsabilidades entre os entes federados e as instâncias do sistema descentralizado e participativo, institui sistema de informação, monitoramento e avaliação, além de preconizar uma lógica orçamentária que garante co-financiamento com repasse automático de recursos.

Nesses termos, o SUAS tende a representar uma nova concepção de organização e gestão dos serviços, cuja construção contou com a participação ativa dos técnicos da área. Trata-se, decerto, da maior e mais importante mudança ocorrida na área da assistência. É preciso, pois, acompanhar empiricamente a implementação da política, tendo em vista a necessidade de produzir análises sobre este processo.

De acordo com Pereira, (2007) o SUAS é, nos termos da lei, um mecanismo organizador dos preceitos, disposições, ações e procedimentos previstos na LOAS e na PNAS. Seu objetivo é o de garantir, do ponto de vista operacional e em caráter sistêmico (funcionalmente interligados), a implementação e gestão da política.

3. CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: O CASO DE NITERÓI-RJ.



O município de Niterói está localizado na região metropolitana do Rio de Janeiro, tem uma população de 487.532 habitantes e é o quinto mais populoso do Estado. Possui um dos IDH-M mais altos do Brasil - 0, 821- ocupando a primeira posição no Estado do Rio de Janeiro e a terceira posição no país (Relatório TCE - 2006). Entretanto, não obstante estes indicadores positivos, o município apresenta altos índices de desigualdade, não se diferenciando, nesse quesito, das médias do Estado e do Brasil. Ademais, a cidade vem sofrendo as conseqüências do crescimento desordenado, do aumento das ocupações irregulares e de pessoas vivendo em condições de vulnerabilidade.

O CRAS é um equipamento público estatal de base territorial que estrutura a Atenção Básica, tem como objetivo *contribuir para a prevenção e o enfrentamento de situações de vulnerabilidade social; a inclusão de grupos e/ou indivíduos em situação de risco social nas políticas públicas, no mundo do trabalho e na vida comunitária e societária, tem como função prioritária proteger as famílias, seus membros e indivíduos, cujos direitos fundamentais já se encontrem violados, mas que mantém os vínculos ou laços de pertencimentos familiar*. Para atender a estes propósitos, CRAS, segundo a PNAS, deve implementar ações intersetoriais para promoção da proteção social destas famílias em situação de vulnerabilidade social.

A implantação do SUAS e dos CRAS's em Niterói teve seu início em 2005, mas foi um processo de institucionalização bastante lento. Desse modo, o município conta hoje com 7 (sete) CRAS's, quantitativo insuficiente para atender a demanda por serviços sócio-assistenciais existente. Necessário acrescentar que os CRAS's são responsáveis no município pelo acompanhamento das famílias inseridas no Programa Bolsa Família (PBF), cujo perfil são famílias pobres e extremamente pobres que estão no baixíssimo corte de renda estabelecido pelo Programa.

Assim, no contexto desta pesquisa foram realizadas 09 entrevistas do tipo semi-estruturadas com representantes (Assistentes Sociais e Psicólogos) de todos os CRAS's da Rede de Proteção Social municipal. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas com garantia de sigilo e solicitação de autorização dos participantes. Agrega-se a este conjunto de informações advindas das entrevistas realizadas, a observação sistemática realizada pela equipe de pesquisa em diferentes fóruns locais de discussão da política de



assistência social e intersetoriais durante os anos de 2007 e 2008, período crucial na reorganização da gestão da política de assistência local.

4. ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DOS CRAS's NO MUNICÍPIO

De acordo com levantamento realizado no município, o quadro de profissionais atuantes nos CRAS's locais apresenta-se da seguinte forma:

Tabela 1- Composição da Equipe técnica dos CRAS's de Niterói-RJ em 2009.

CRAS 1	2 Assistentes Sociais, 1 Psicólogo, 1 Educador Social, 1 Aux. de Serviços Gerais.
CRAS 2	1 Assistente Social, 2 Psicólogos, 1 Educador Social, 1 Aux. de Serviços Gerais.
CRAS 3	2 Assistentes Sociais, 1 Psicólogo, 1 Educador Social, 2 Aux. de Serviços Gerais?, 1 Aux. Serv. Gerais, 2 vigias.
CRAS 4	2 Assistentes Sociais, 1 Psicólogo, 1 Educador Social
CRAS 5	3 Assistentes Sociais, 2 Psicólogos, 1 Educador Social, 1 Aux. de Serviços Gerais.
CRAS 6	2 Assistentes Sociais, 1 Psicólogo, 1 Educador Social
CRAS 7	2 Assistentes Sociais, 1 Psicólogo, 1 Educador Social.

De acordo com NOB-RH SUAS (2006) na Proteção Social Básica que é desenvolvida pelo CRAS deve ter a equipe de referência composta conforme explicita o quadro abaixo:

Tabela 2 - Número de Técnicos por porte de CRAS.

CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTENCIA SOCIAL - CRAS		
Pequeno Porte I	Pequeno Porte II	Médio, Grande, Metrópole e DF
Até 2.500 famílias referenciadas	Até 3.500 famílias referenciadas	A cada 5.000 famílias referenciadas
2 técnicos de nível superior, sendo um profissional assistente social e outro preferencialmente psicólogo.	3 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais e preferencialmente um psicólogo.	4 técnicos de nível superior, sendo dois profissionais assistentes sociais, um psicólogo e um profissional que compõe o SUAS.
2 técnicos de nível médio	3 técnicos nível médio	4 técnicos de nível médio

Fonte: NOB_SUAS/2006.

Sendo Niterói um município de grande porte, observa-se a composição da equipe de referência está fora do padrão que a NOB-RH SUAS (2006) estabelece, através da tabela podemos comparar que o município ainda incorpora um quadro técnico de pequeno porte, com média de 3 profissionais de nível superior (em geral dois Assistentes Sociais e um Psicólogo) e apenas um técnico de nível médio por CRAS. Além disso, como o número de CRAS's é insuficiente, segundo avaliação da própria secretaria municipal de assistência social, o território coberto por cada CRAS é bastante extenso,



colocando dificuldades para o acompanhamento efetivo das famílias em situação de risco social. Para além da falta de profissionais, o CRAS's municipais convivem com a falta de transporte para a realização de visitas domiciliares, telefone, computadores, material de consumo.

Vale ressaltar que no ano de 2008, o município realizou o primeiro concurso público para a área da Assistência Social. Durante o ano de 2009, progressivamente os profissionais contratados foram sendo substituídos pelos concursados⁶, o que representou uma medida relevante para a consolidação da área da assistência social na cidade, conforme o que preconiza a PNAS. Este processo porém tem sido permeado por inúmeras dificuldades cotidianas, principalmente no que tange aos baixos salários pagos pela prefeitura, onde se cria uma dinâmica de permanente rotatividade de profissionais, já muitos destes se exoneram do município para assumir outros cargos com melhores remunerações e condições de trabalho, comprometendo a formação de um quadro técnico na área com enraizamento suficiente para detectar e agir sobre as demandas dos usuários locais. Esta problemática tem sido recorrente entre os municípios e apontada pelos especialistas. Assim, conforme analisa Sposati (2006), a questão dos trabalhadores do SUAS ainda é um sério obstáculo para o desenvolvimento da política de assistência nos municípios brasileiros, sobretudo no que se refere à quantidade de remuneração e capacitação dos profissionais, uma vez que, historicamente a assistência social é demarcada como um campo das políticas com grande restrições de recursos financeiros, o que dificulta a oferta dos serviços de proteção social e incide sobre a gestão do trabalho.

Com relação à infraestrutura, alguns CRAS's estão localizados em sedes alugadas e infraestrutura bastante precária⁷, havendo outros CRAS's⁸ com sedes próprias.

Tabela 3 - Infra-estrutura dos CRAS's de Niterói-RJ em 2009

CRAS 1	4 salas(reunião, brinquedoteca, atendimento, equipe técnica), 1 recepção, 2 banheiros, 1 cozinha. (sem recursos financeiros para água, material de limpeza, transporte tem que agendar, mesas e cadeiras são doadas de escolas e LBV.
CRAS 2	Recepção, 1 sala de atendimento, 1 sala equipe técnica, 1 banheiro.
CRAS 3	1 sala de atendimento (sem sigilo), 1 recepção, 1 banheiro, (sem recursos financeiros para água, material de limpeza, transporte tem que agendar, prédio antigo, problemas de

⁶ Todos os profissionais entrevistados nesta pesquisa são concursados

⁷ CRAS 2,4 e 5 conforme a tabela explicita.

⁸ CRAS 1 e 7 conforme mostra a tabela .



	acessibilidade, infiltração, prédio não é da Prefeitura.
CRAS 4	1 recepção e brinquedoteca(dividem o mesmo espaço), 2 sala para atendimento, 1 banheiro.
CRAS 5	1 sala de atendimento, 1 recepção,1 sala para arquivo,1 sala para atendimento, brinquedoteca, 1 banheiro.
CRAS 6	1 sala de atendimento, 1 recepção, 1 banheiro.
CRAS 7	Prédio cedido pela Regional, 1 sala sem sigilo servindo como recepção e atendimento. Prédio do CRAS em obras.

Tabela 4 - Infraestrutura dos CRAS's segundo o MDS.

Programa mínimo para o CRAS						
Espaço	Atividade	Capacidade	Pré-dimensionamento	Quantidade por porte de CRAS		
				CRAS 500	CRAS 750	CRAS 1000
Recepção	Transição, espera, acolhimento e atendimento inicial a famílias e indivíduos.	-	12m ²	1	1	1
Sala de atendimento	Entrevista com famílias e indivíduos.	5-10 pessoas	12m ²	1	1	2
Sala multiuso	Grupos socioassistenciais, oficinas de reflexão e convivência, palestras e reuniões.	30 pessoas	35m ²	1	1	2
Sala de coordenação	Atividades administrativas: registro de informações, produção de dados, arquivo de documentos, alimentação de sistemas de informação e reuniões técnicas.	5 pessoas	20m ²	1	1	1
Copa	Preparo de lanches oferecidos aos usuários e para uso da equipe de referência do CRAS.	-	5m ²	1	1	1
Conjunto de instalações sanitárias	Sanitários para uso coletivo e sanitários para uso de pessoas com deficiência.	-	10m ²	1	1	1
Almoxarifado	Depósito de material destinado às atividades de reflexão e convivência.	-	5m ²	1	1	1

Fonte:CRAS:A melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços: orientações para gestores e projetistas municipais -- Brasília, DF: MDS, SNAS, 2009.

A infra-estruturas dos CRAS's ainda não estão em consonância com o que determina a PNAS, além de faltar as 3 salas preconizadas (atendimento, coordenação, multiuso) faltam também as outras instalações necessárias como recepção, copa, instalações sanitárias e almoxarifado. O cumprimento destas normas para funcionamento dos CRAS's demanda do ente municipal o empenho de recursos financeiros em obras de adequação destes espaços muitas vezes impróprios para a prestação dos serviços socioassistenciais. Mas o que se identificou foram prédios alugados, cômodos adaptados, de forma inadequada às normas do SUAS, infraestrutura extremamente precarizadas, em sua maioria, nem sendo mesmo possível assegurar o caráter de sigilo nos atendimentos à população usuária. As dificuldades de estrutura das unidades também estão expressas na insuficiência e qualidade de equipamentos e mobiliário. Esta estrutura física inadequada



dos CRAS's impôs-se como algo recorrente nos depoimentos dos profissionais, que relatam inúmeras precariedades conforme as transcritas abaixo:

"...a gente não recebe nem água, ficamos mais de três meses sem receber água aqui galão de água, e material de escritório então nem se fala não temos recebido nenhum tipo de material tamanha a precariedade do nosso serviço porque nem o básico do básico eles fornece. O carro para visita domiciliar a gente tem que solicitar com antecedência e mesmo assim eles pedem para a gente ligar antes para confirmar,, só que o CRAS não tem telefone tem uma linha que só recebe ligação não tem como fazer ligação... Quando chove aqui é um desespero porque você não consegue entrar sem se molhar porque aquela porta (refere-se a porta de entrada do CRAS) ali vira um espelho d'água"
(Psicóloga –CRAS 2)

"...eles cederam à parte da frente do prédio para a gente ocupar e em troca a gente pagaria a luz da creche e a água. Então fizeram esse acordo que era para ser temporário, mas desde a época do NASF 2003 estamos aqui."
(sem identificação o CRAS para não comprometer profissional- Psicólogo)

"...os arquivos quando a gente abria era cheio de fezes de rato, lá tinha muito rato quando chovia ficava igual uma cachoeira a parede, segurança é zero. As portas fechadas na verdade não estavam fechadas, não tinha o respeito ao sigilo do atendimento porque a sala não era feita para isso e tem que ter ainda mais quando você trabalha com questões complexas tem que ter o sigilo do atendimento, uma sala adequada, um acolhimento mínimo que também aqui é zero, lá era pior ainda do que você vai ver aqui (refere-se ao CRAS que fechou)" . (sem identificação do CRAS para não comprometer profissional- Assistente Social)

"...deveríamos ter aqui no mínimo uma 8 salas para bem atender a população" (CRAS 4- Assistente Social)

"...não tem computador para estar fazendo um acompanhamento de cadastro" (CRAS 6- Psicóloga)

"... o maior problema nosso é a questão da privacidade, nos também não temos telefone, computador..."
(CRAS 7 – Psicóloga)

O que os dados colhidos pela pesquisa demonstram é que embora o debate sobre estas precárias condições físicas de funcionamento dos CRAS's estejam presentes nas discussões dos conselhos e em outros fóruns locais, o enfrentamento efetivo desta questão não figura entre as prioridades do governo local.

Também foi indagado aos profissionais quais são principais demandas dirigidas aos CRAS's e as respostas foram as seguintes:

Tabela 5: Demandas dos CRAS's de Niterói-RJ em 2009.

CRAS 1	PBF(Programa Bolsa Família), cesta básica, orientações previdências, orientações sobre o passe livre.
CRAS 2	PBF , passe livre, cursos, trabalho, denuncia contra maus tratos à idoso.



CRAS 3	PBF, cesta básica, cursos
CRAS 4	Defensoria Pública, documentação civil, pensão alimentícia, BPC (Benefício de Prestação Continuada) PBF, Habitação ⁹
CRAS 5	PBF
CRAS 6	PBF
CRAS 7	PBF, trabalho.

A análise das demandas que recebem os CRAS's, mostra como o cadastramento e orientações sobre o Programa Bolsa Família(PBF) se impõe como ação principal do CRAS's, não se distanciando muito de inúmeras pesquisas que ratificam que para a população usuária, este equipamento é identificado como local de cadastramento e informações do PBF. Contudo, com o objetivo de fazer a população da área de abrangência conhecer o que representa o CRAS, para além do acompanhamento e cadastro do PBF, alguns CRAS da rede municipal criaram estratégias. Quando procurados por usuário para cadastro do PBF, ao invés dos profissionais darem as orientações sobre o Programa no momento em que o usuário se encontra neste local, os profissionais os convidam a participar de reuniões em que se dá esclarecimentos sobre o Programa (condicionalidades, critérios de seleção, etc.), além de esclarecimentos sobre o que é o CRAS, sua funções e os serviços que dispõem.

Aqui cabe uma análise sobre a visão dos programas de transferência de renda isolado da proteção social como um todo ainda marca a visão tanto dos usuários quanto dos profissionais. Assim, na visão de Sposati (2006) é preciso superar esse entendimento, a partir da reconcepção destes programas vinculando-os à rede socioassistencial, ao trabalho social e socioeducativo e às políticas sociais, onde as famílias beneficiárias devem ser acompanhadas de forma continuada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A configuração do processo de implantação e implementação do SUAS em Niterói-RJ, foi realizada mediante observações de campo e entrevistas semiestruturadas .

⁹ Habitação: questão habitacional “*porque é um lugar de risco e têm muitas casas, moradias não apropriados para residência*” CRAS 4 – Assistente Social.



Verificou-se que o município ainda tem muito que avançar para alcançar com êxito a operacionalização da PNAS.

Importante ressaltar que a própria política de assistência social no município (e até no país) encontra-se ainda em processo de estruturação. É preciso ter em mente que os CRAS's no município foram implantados em período relativamente recente (ano de 2005) se comparados a outros equipamentos sociais. Ademais, encontram-se ainda em condições de fraca institucionalidade dada a recente contratação de profissionais concursados, precariedade de infra-estrutura e em número inadequado de CRAS diante das necessidades do município (SOUZA e MONNERAT, 2010).

Vimos que a conformação dos CRAS's, que devem servir como porta de entrada do SUAS, tem sido cerceada de muitas dificuldades de ordem material, financeira e de recursos humanos (sedes alugadas, com problema de acessibilidade, falta de sigilo, falta de telefone - em alguns casos - e de computador, internet, mobília, quadro técnico completo, dentre outros).

Sendo assim, a análise desta questão tende a passar pelo reconhecimento de que ainda há problemas na implantação dos CRAS's e estes podem estar relacionados à falta de abrangência eficaz e conseqüente fragilidade de vínculo entre as famílias e este equipamento social e a falta de recursos de ordem financeira, material e humano. E não diferente de outros municípios¹⁰ conforme demonstram outras pesquisas realizadas pelo país, onde os municípios, via de regra, ainda estão distantes do que é preconizado pela PNAS.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria (MDS), *Política Nacional de Assistência Social- 2004/ Sistema Único de Assistência Social-SUAS*. _____ . Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Miséria (MDS), *Norma Operacional Básica NOB-SUAS*. Brasília,DF, Julho 2005.

¹⁰ Como apresentam dados da pesquisa relatado no livro *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*.(2010)



CARVALHO, Maria do Carmo. *Assistência Social: reflexões sobre a política e sua implementação*. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº87, SP, Cortez, 2006.

CASTRO, Alba T. B. de *A assistência na evolução do modelo de proteção social no Brasil* in: Em Pauta Revista da Faculdade de Serviço Social da UERJ nº9, 11/1996.

COUTO, Berenice Rojas et al. *O Sistema Único de Assistência Social no Brasil: uma realidade em movimento*. Ed: Cortez. 2010.

LOAS. *Lei Orgânica de Assistência Social*, lei nº8742/93, Brasília 1993.

LOPES, Márcia Helena. *O Tempo do SUAS*. . In: Revista Serviço Social e Sociedade nº87, São Paulo, Cortez, 2006.

MDS, *CRAS*. *A melhoria da estrutura física para o aprimoramento dos serviços*. Orientação para gestores e projetistas municipais. 2009.

MONNETAT, G. L. e SOUZA, R. G. *Política Social e Intersetorialidade: consenso teóricos e desafios práticos*. Ser Social (UNB), nº 21, pp. 200-220, 2010.

MOTA, Ana E., Maranhão, Cesar H., SITCOVSKY, Marcelo. *As tendências da política de Assistência Social, SUAS e a formação profissional*. In: O Mito da Assistência social. 2009.

PEREIRA, Potyara A. P. *A Assistência Social prevista na Constituição de 1988 e operacionalizada pela PNAS e pelo SUAS*. in: Revista Ser Social nº20, p.09-32, Brasília.

_____, Potyara A. P. *Sobre a política de Assistência Social no Brasil*. In: Política Social e Democracia. Pag.217-234. Ed; Cortez, SP, 2001.

SOUZA, R. G. e MONNERAT, G. L. *Retrato de Famílias: perfil e trajetórias dos beneficiários do Programa Bolsa Família in Família e Famílias: conversações contemporâneas*, Rio de Janeiro: Lumen Juris, pp. 153-167, 2010.

SIMÕES, Carlos. *Curso de direito em Serviço Social*. Biblioteca Básica do Serviço Social. Parte IV. Cortez, 2009.

SITCOVSKY, Marcelo. *Particularidades da expansão da Assistência Social no Brasil*. In: O Mito da Assistência Social. Cap. 5, Ed. Cortez. 2009.

SPOSATI, Aldaiza de O. *O primeiro ano do Sistema Único de Assistência Social*. In: Revista Serviço Social e Sociedade nº87, São Paulo, Cortez, 2006.

V Jornada Internacional de Políticas Públicas

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

23 a 26 agosto 2011
Complexo Universitário do Bacanga
São Luís/Maranhão - Brasil

Estado
Desenvolvimento
e Crise do
Capital



A1568901982015A